

**35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 25 – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS**

Partidos e Política Econômica na América Latina Contemporânea.

Augusto Neftali Corte de Oliveira

Caxambu, 2011

Partidos e Política Econômica na América Latina Contemporânea.¹

Augusto Neftali Corte de Oliveira²

Resumo

O artigo aborda um conjunto de partidos latino-americanos que chegaram à presidência de seus países na década de 2000. Busca identificar as propostas econômicas no discurso programático destes partidos e avaliar sua coerência com as ações dos governos por eles comandados. Ao lado deste objetivo, analisa a mudança programática dos partidos após suas experiências de governo. O conjunto de partidos é composto por dez casos que mantiveram consistência organizacional. O discurso programático é avaliado entre social-democrata e liberal, por meio dos programas de governo. As ações do governo são abordadas por meio do Index of Economics Freedom. A pesquisa permite inferir: (a) existe coerência entre propostas e políticas e (b) mudanças ideológicas incrementais, os partidos tendem a reforçar as políticas propostas/adotadas e não optar por mudanças de trajetória.

Introdução

O presente trabalho estuda os partidos políticos latino-americanos que na década de 2000 realizaram a transição entre formular políticas (programas de governo) no momento eleitoral e implementar políticas em experiências de governo. Dedicado especificamente às políticas econômicas, o artigo possui dois objetivos: (a) analisar se existe correspondência entre o discurso programático dos partidos políticos latino-americanos selecionados e as políticas adotadas pelos governos por eles comandados (ou seja, se realizam representação programática); e (b) analisar a mudança que o exercício do governo imprime no discurso programático dos partidos políticos.

Atualmente, o debate no meio acadêmico e fora dele tende a ressaltar a pouca relevância dos partidos políticos na definição das grandes políticas nacionais, muitas vezes priorizando o estudo de outros atores políticos ou instituições. Sobretudo no campo da política econômica, os partidos seriam atores enfraquecidos pelas exigências dos mercados financeiros, da conjuntura econômica ou dos organismos internacionais que regulam o comércio e condicionam empréstimos e financiamentos. Sob este ponto de vista, a incapacidade dos partidos em conectar a vontade dos cidadãos e as políticas públicas essenciais coloca em cheque a qualidade da democracia representativa e do processo eleitoral.

¹ A pesquisa está em desenvolvimento e poderá ser revisada quanto aos procedimentos e resultados apresentados no presente artigo.

² O autor é doutorando e mestre em Ciência Política pela UFRGS.

Na América Latina esta interpretação está ligada à década de 1990, quando a região atravessou processos de redemocratização e reformas liberalizantes voltadas para estabilização de preços. Ainda que naquele período pudessem ser observadas experiências diversificadas, durante os anos 2000 despontaram outros interesses na política econômica, ao lado da chegada de diversos partidos considerados progressistas ou de esquerda à presidência destes países. Portanto, estas experiências recentes oferecem uma boa oportunidade para analisar o papel desempenhado pelos partidos políticos na condução da política econômica e a resposta dos partidos às experiências de governo.

Representação Programática

Configurando-se como um tema relevante para a Ciência Política, o problema da conexão entre cidadania e política pública nas democracias fomentou inúmeras teorias e interpretações que diferenciam, tanto do ponto de vista normativo quanto positivo, os efeitos dos arranjos democráticos neste particular. O tema integra o campo de estudo da representação política e, em se tratando da representação que se realiza por meio do conjunto de ideias e propostas defendidas pelos partidos e candidatos durante as eleições, pode ser classificada como representação programática. Embora seja parte relevante da formação do conhecimento científico (Sartori, 2002), a nomenclatura referente ao conceito de conexão prospectiva entre cidadãos e política pública via eleições e partidos ainda não está firmemente estabelecida.

Stokes (2001, p. 4) utiliza o termo mandato para definir as expectativas políticas criadas nas campanhas sobre as ações que os políticos terão após serem eleitos. Manin, Przeworski e Stokes (2006) consideram que o mandato exige também que a implementação das propostas seja a melhor opção para os representados em determinado contexto. Embora assumam que o governante possa representar os cidadãos realizando políticas que, em sua interpretação, trarão benefícios para eles – mesmo que descumpra o mandato – Stokes (2001, p. 182) destaca que a violação ao mandato coloca em risco o governo e é potencialmente prejudicial para a democracia. Se os cidadãos param de acreditar nas mensagens eleitorais, as próprias mensagens perdem a capacidade de compromissar os políticos.

Kitschelt (2000b) e Kitschelt e outros (2010, p. 15) utilizam o termo *programatic*

accountability para definir o processo em que os eleitores, a partir das políticas realizadas e das promessas dos candidatos durante as eleições, escolhem entre partidos. Para os autores, para cumprir com *accountability* programática estas agremiações devem funcionar como agentes de coordenação das preferências de seus membros e estruturar a competição com outros partidos com base em programas (conjuntos de propostas de políticas públicas) identificáveis e distinguíveis. Nas democracias esta espécie de *accountability* divide espaço com outras formas de conexão entre eleitores e políticas públicas, como vínculos de clientelismo.

Assim, Kitschelt (2000; 2009, p. 526) e Stokes (2009) identificam – com nomes diferentes – dois modelos de *accountability* democrática: a direta e a indireta. No modelo de *accountability* democrática indireta ou política programática redistributiva, que corresponde à tese do governo partidário responsável (Sartori, 1982, p. 40), os partidos respondem aos eleitores com base em políticas gerais. Na *accountability* democrática direta ou *patronage* os partidos respondem aos eleitores por meio de bens imediatos para clientelas específicas, sendo que os políticos são capazes de monitorar e punir seu comportamento eleitoral. Nos termos de Lowi (1964), as primeiras políticas são redistributivas e as segundas distributivas. Para as democracias parlamentares, Muller (2000) utiliza o termo *accountability* democrática para descrever a atuação dos partidos no processo de representação das eleições até a implementação da política pública.

Na literatura funcionalista, o termo agregação de interesses define a combinação de interesses sociais na formulação de propostas que sirvam como diretrizes ou alternativas de políticas públicas, uma função típica dos partidos nos sistemas políticos (Easton, 1968; King, 1969; Almond e Coleman, 1969; Almond e Powell, 1972). Destacando o papel dos partidos políticos no processo democrático, Klingemann, Hofferbert e Budge (1994, p. 15) – e também Powell (2009) – apontam que a agregação de interesses é fundamental para que as preferências individuais não influenciem a política pública de maneira irracional ou arbitrária. Esta “*accountability* dos partidos” permite que a democracia conecte a preferência dos cidadãos e a política pública, ainda na acepção do governo partidário responsável. Ressalva-se que para alguns autores (Mair, 2007) a ideia de *party government* enfraqueceu-se devido à ampliação dos espaços insulados da política nos governos, pela preponderância dos mecanismos de *accountability* horizontal e judicial sobre os eleitorais e, como reflexo das mudanças nos partidos, pela falta de clareza na distinção ideológica (esquerda-direita).

Dando continuidade ao projeto de pesquisa de Klingemann, Hofferbert e Budge, o projeto de Volkens, Klingemann e Merkel (2008) define seu escopo como sendo o da “representação programática”, um conceito operacionalizado por meio de asserções sobre a congruência das programas de governo dos partidos e ações e políticas públicas dos governos. No campo normativo, os autores apontam que a pesquisa envolve os conceitos de responsiveness, responsibility e accountability (o texto apresenta uma extensiva revisão bibliográfica sobre o tema). De fato, as medidas de Kitschelt e de Stokes também são operacionalizadas por meio da congruência entre algum tipo de indicador das posições dos políticos e a política pública.

Powell (2009) diferencia as formas de interpretar a agregação de interesses em sistemas democráticos. A “congruência de múltiplos temas” propõe que os partidos estruturam as preferências sociais de forma consistente em termos de esquerda e direita. Para Kitschelt (2009, p. 529) esta interpretação, baseada no posicionamento dos partidos, presume que o eleitor escolhe o partido que apresenta o conjunto de propostas mais aproximado de suas preferências, em uma escala espacial (geralmente esquerda – direita). A segunda forma de agregação de interesses definida por Powell (2009) é a “congruência de temas unidimensionais”, que Kitschelt (2009, p. 529) distingue como baseada em valência. Esta forma de agregação presume que o comportamento eleitoral se direciona pelo desempenho ou compromisso do candidato em temas específicos. Em termos metodológicos, estas perspectivas teóricas implicam em duas formas de testar a congruência: observar se a política pública segue as orientações gerais do programa, ou observar se determinados pontos do programa são cumpridos.

Casos da pesquisa

Os casos selecionados para a pesquisa são os seguintes: na Bolívia, o MAS e os governos de Evo Morales; no Brasil, o PT e os governos de Lula da Silva; no Chile, o PS e os governos de Ricardo Lagos e Michele Bachelet; no Equador, o PAIS e os governos de Rafael Correa; no México, o PAN e os governos de Vicente Fox e Felipe Calderón; na Nicarágua, a FSLN e o último governo de Daniel Ortega; no Uruguai, o Frente Amplio e os governos de Tabaré Vázquez e José Mujica; na Venezuela o MVR, depois PSUV, e os governos de Hugo Chavez; e o Partido Aprista Peruano e último governo de Alan García.

A seleção dos casos baseou-se na disponibilidade dos documentos partidários a

serem analisados, bem como procurou-se diversificar os matizes ideológicos a priori identificadas nas experiências de governo. Para os casos da Nicarágua e do Peru não há um segundo programa de governo pelo qual pudessem ser analisadas as mudanças programáticas após o exercício do governo, prejudicando a pesquisa nesta questão. Ressalva-se que, no presente estudo, são utilizados os programas de governos apoiados pelos partidos para as eleições presidenciais.

Em diversas eleições houve a formação de coalizões eleitorais e, conseqüentemente, de programas em conjunto, que não refletem a preferência dos partidos propriamente ditos, mas do conjunto de agremiações que apoiam determinado candidato. Como revela a pesquisa de Oliveira (2009), o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e o Partido Socialista, no Chile, apoiaram programas de governo eleitorais sensivelmente diferentes das ideias e propostas defendidas internamente. Considerando o objetivo de analisar o cumprimento dos programas como parte do processo de representação, entretanto, é mais adequado abordar os programas efetivamente alçados nas campanhas eleitorais.

O quadro abaixo apresenta os países, partidos e eleições analisadas. Ao todo, são 10 países e 19 eleições.

Quadro 1 – Casos da Pesquisa

País	Partido	Presidente	Ano	Cód.
Bolívia	MAS	Evo Morales	2006	Bo1
			2010	Bo2
Brasil	PT	Lula da Silva	2003	Br1
			2007	Br2
		Dilma Rousseff	2011	Br3
Chile	PS	Ricardo Lagos	2000	Ch1
		Michele Bachelet	2006	Ch2
El Salvador	FMLN	Mauricio Funes	2009	ElSal
Equador	PAIS	Rafael Correa	2007	Eq1
			2009	Eq2
México	PAN	Vicente Fox	2001	Me1
		Felipe Calderón	2007	Me2
Nicarágua	FSLN	Daniel Ortega	2007	Nic
Peru	APRA	Alan García	2006	Pe
Uruguai	FA	Tabaré Vázquez	2005	Ur1
		José Mujica	2010	Ur2
Venezuela	PSUV	Hugo Chavez	1999	Ve1
			2001	Ve2
			2006	Ve3

Elaboração do autor.

Estratégia da pesquisa

Os programas, plataformas ou manifestos dos partidos políticos são documentos que expõem as preferências ideológicas das agremiações e, em algum nível, realizam proposições sobre política pública. As pesquisas acadêmicas utilizam os programas como um meio de acessar as posições dos partidos em temas ideológicos, ao lado de outras medidas como pesquisas de opinião junto a membros de partidos (militantes, líderes, parlamentares) ou análises do comportamento em votações no parlamento.

O objetivo desta seção é estruturar os procedimentos de análise quantitativa e interpretação dos programas de governo. Lasswell (1982, p. 45) propõe que os *atos ideológicos* podem ser trabalhados quantitativamente, por meio de procedimentos explícitos de análise de conteúdo. Análises quantitativas dos programas geralmente se destinam a realizar comparações de partidos em um dado sistema partidário ou entre sistemas partidários, identificando a posição das agremiações em um eixo unidimensional (esquada-direita), ou identificando as propostas (intenções, valências) relativas a determinadas temáticas. Não obstante, pesquisas que utilizam uma abordagem qualitativa – como a de Cánepa (2005) – lidam melhor com a complexidade das relações entre as promessas e programas de governos e o contexto dos grupos sociais e estratégias políticas que perpassam a disputa eleitoral. A análise quantitativa propriamente dita não alcança esses elementos.

Algumas pesquisas desdobram a análise de conteúdo para testar se o comportamento dos representantes eleitos é congruente com os compromissos eleitorais na hora de definir políticas públicas. Um desafio adicional destas pesquisas está em estabelecer categorias de análise que possam ser utilizadas tanto para os programas quanto para as atitudes ou políticas efetivamente adotadas – como fazem, por exemplo, Ginsberg (1976), Elling (1979) e Klingemann, Hofferbert e Budge (1994). A partir destes exemplos e das técnicas de análise de conteúdo, são apresentadas abaixo definições sobre as categorias de análise e classificação dos sinais nos programas de governo; o procedimento de operacionalização e interpretação do posicionamento dos partidos e a forma que o artigo desenvolve para abordar a política pública.

Categorias de análise e classificação dos sinais nos programas de governo.

Como destacado anteriormente, a formação de categorias é um passo essencial da análise de conteúdo e, em relação aos estudos de representação substantiva, tornam-se um ponto crítico da pesquisa – pois devem transitar entre a observação de um fato ideológico (uma proposição) e a observação de atitudes e políticas públicas (cuja forma de identificar será especificada posteriormente). Por categoria considera-se um assunto no qual os partidos tendem a tomar posição.

O posicionamento dos partidos em relação às categorias pode ser identificado a partir dos sinais contidos no documento. Estes sinais podem ser estudados de diferentes formas, como veículo-sinal (frequência de determinada palavra), semântica (frequência de um conceito, independente da palavra utilizada) e asserção/temática (frequência da caracterização de um objeto de uma determinada forma, indicando o conteúdo das intenções e motivos do comunicador) (Janis, 1982, p. 55, 63). Em se tratando de programas de governo, a análise semântica e de asserção/temática pode se basear na caracterização da audiência como o conjunto do eleitorado. Não é certo que os programas destinam-se diretamente ao consumo dos eleitores, sendo mais possível que eles sirvam como um instrumento de coordenação do discurso partidário e cheguem aos eleitores por meio da propaganda eleitoral propriamente dita ou por meio dos veículos da mídia.

Como destaca Offerlé (2004, p. 111), os programas de governo não compreendem apenas uma agenda de temas históricos e conjunturais caros aos partidos, mas também respondem à posição que os dirigentes pretendem ocupar relativamente aos outros partidos e à expectativa de vencer as eleições. Budge observa que os partidos não expõem em seus programas de governo compromissos específicos – antes, preferem escondê-los (1993, p. 701). Os temas são abordados de maneira estilizada pelos partidos, como propostas destinadas ao conjunto da sociedade e não para determinados grupos identificados.

A pesquisa desenvolvida por Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) utiliza como base teórica para a análise dos programas a *Saliency Theory*. A teoria sugere que os programas de governo abordam apenas os assuntos que os partidos consideram relevantes, declinando expressamente uma posição nestes casos; já em outras questões simplesmente não se manifestam – seja porque o partido não as considera relevantes,

teme prejuízos eleitorais em expô-las ou são assuntos que podem provocar divergências dentro do próprio partido ou entre aliados (ibidem, p. 22). Os autores apontam que cada partido em um sistema partidário especializa-se em certos temas, de forma que as agremiações não costumam apresentar políticas diferentes para os mesmos assuntos: apenas enfatizam os assuntos que são favoráveis e não citam os pontos aos quais são contrários.

Operacionalização e Interpretação do posicionamento dos partidos.

Os procedimentos de quantificação de Ginsberg (1976) e Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) partem do pressuposto de que um tema que recebe maior atenção nos programas de governo também receberá maior atenção nos governos, com resultados em termos de política pública. Um *fato ideológico* é mais forte de acordo com o número de vezes que ele é referido ao longo do programa. Este é o mesmo pressuposto encontrado em Lasswell (1982, p. 43), que critica os procedimentos qualitativos que destacam sem um método de seleção claro algumas citações para inferir a posição do comunicador em determinado tema. O autor argumenta que as citações escolhidas pelo pesquisador podem contrariar o sentido geral do documento e, mais do que isso, a análise de conteúdo seria capaz de revelar o sentido mais forte e talvez oculto que o documento pretende transmitir à audiência.

Mas este procedimento seria realmente adequado para medir as intenções dos partidos políticos nos programas de governo? Em primeiro lugar, a questão da sinceridade ou da ocultação de objetivos parece não ser um problema para a análise de representação substantiva, pois diz respeito exatamente ao objeto da análise: se as proposições forem observadas no comportamento futuro do ator, ela existe e caso contrário não. Neste sentido o programa distingue-se de uma peça de propaganda ideológica, na qual estas questões de convencimento seriam mais relevantes. Ele se apresenta como um contrato. Sobre a quantificação, vale ressaltar a discussão sobre as estratégias da formação do programa por parte do comunicador. Um tema favorável para as audiências interna (militantes) e externa (eleitorado/eleitor mediano) pode ser explorado com detalhe, enquanto um tema apoiado apenas por uma das audiências pode constar de maneira rápida. Isto não significa, a princípio, que o partido esteja mais comprometido com a primeira. Especialmente nos casos em que o partido esteja

contrariando a posição dos militantes em favor do eleitor mediano, é possível que as proposições sejam rápidas e taxativas.

Portanto, diferente de Budge e colaboradores, esta pesquisa considera como ênfase em uma categoria se, no curso do programa, consta pelo menos um sinal correspondente. Para os programas que apresentam introduções históricas ou discussões teóricas, procura-se considerar apenas propostas objetivas de ação em relação às categorias de política econômica. Um exemplo do procedimento adotado: se o programa defende que o sistema tributário deve ser mais justo, que quem ganha mais deve pagar mais (como faz o programa da FSLN), dá-se à variável “progressividade da tributação” o valor “presente”. A FSLN enfatiza “progressividade da tributação” em seu programa. Este procedimento parece adequado, ao invés de considerar a relevância quantitativa de cada matéria no documento, pois os partidos podem apresentar em um espaço restrito, não mais do que uma ou duas sentenças, toda uma agenda econômica que lhe é incômoda.

Avaliação da política pública implementada.

As políticas econômicas realizadas nos períodos de governo são abordadas por meio da classificação divulgada pela The Heritage Foundation/The Wall Street Journal, no Index of Economic Freedom. O índice é composto por dez indicadores levantados anualmente para todos os países selecionados. A compatibilização das categorias definidas para a análise dos programas de governo com o Index permite uma abordagem específica, de acordo com oito temas que apresentam correspondência, e também ampla (variação geral do índice). A primeira refere-se à abordagem da representação voltada a temas específicos (valências), e a segunda à abordagem posicional.

A utilização do Index proporciona relevantes ganhos de parcimônia na abordagem comparativa entre os casos estudados, principalmente diante das alternativas de realizar pesquisa na literatura ou gerenciar informações a partir de dados brutos referentes à ação ou resultados das políticas dos governos. O Index possui credibilidade em relação aos métodos utilizados e suas publicações, sendo uma das principais referências na temática inclusive para a pesquisa acadêmica (Li, 2007). Embora recorra à procedimentos de quantificação para interpretar o discurso programático e destacar as relações entre os fatores abordados, a comparação das trajetórias dos casos – em suas possíveis

semelhanças e diferenças – é que permite à pesquisa contribuir no estudos das relações entre partidos, eleições e governos na América Latina contemporânea.

Definição das variáveis (categorias de análise)

Conforme Przeworski (1989, p. 55), a partir da Teoria Geral de Keynes os partidos com orientação socialista ou social-democrata conseguiram organizar um discurso que aliasse seus objetivos históricos e a busca de maiorias eleitorais, na medida em que compatibiliza os interesses dos trabalhadores e dos pobres com o interesse geral da sociedade. A nacionalização da produção, o objetivo tradicional dos socialistas, foi substituído pela nacionalização do consumo por meio da gestão da economia capitalista voltada para o bem-estar social. Quanto ao intervencionismo atribuído às políticas keynesianas, Notermans observa que na verdade toda política macroeconômica é intervencionista. O que muda são seus objetivos: para os liberais é o controle da inflação, enquanto que para os social-democratas o crescimento econômico ou a geração de empregos ganha espaço (2000, p. 34).

A força das organizações dos trabalhadores e os governos de esquerda estiveram associados aos objetivos da política econômica nas democracias industriais pelo menos até a década de 1970, no sentido de priorizar a geração de emprego sobre o controle da inflação (Esping-Andersen, 1998, p. 186; Hibbs, 1977). Notermans destaca, contudo, que a longo prazo todo governo precisa proteger a estabilidade dos preços, sob pena de ser punido nas urnas por incompetência. O autor defende que foram os constrangimentos da política monetária que, no lastro da crise de 1970, inviabilizaram o programa social-democrata e abriram espaço para o retorno da ortodoxia (Notermans, 2000, p. 175).

Os países latino-americanos receberam orientações ortodoxas para condução da política econômica não apenas como medida para controlar a inflação, mas como ajustes institucionais favoráveis ao desenvolvimento. Como admite Rodrik (2006), sob os princípios do Consenso de Washington a América Latina e outras áreas *subdesenvolvidas* passaram pelas maiores reformas de liberalização econômica já registradas, mas seus resultados em termos de crescimento econômico ficaram muito aquém do esperado pelos órgãos internacionais entusiastas das reformas (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Conforme autor, “é justo dizer que ninguém mais acredita no Consenso de Washington” (Rodrik, 2006, p. 974).

Em que pese o atual descrédito e as transformações pelas quais o conjunto de políticas de liberalização englobadas sob o título de Consenso de Washington passou ao longo dos anos de 1990 (Marangos, 2009), muito da articulação política latino-americana em termos econômicos passou por reconhecer e refutar seus dispositivos. Ao lado da influência das políticas social-democratas do pós-guerra, parece importante conhecer a posição dos partidos a respeito destas políticas de liberalização. Embora o nível em que a dicotomia entre os princípios social-democratas e neoliberais foi absorvido nos sistemas partidários latino-americanos seja algo a ser estudado, é possível presumir que este é um elemento importante na estruturação da competição programática onde quer que ela seja relevante para a disputa política.

A operacionalização das variáveis, como destacado, é realizada por meio do Index of Economic Freedom. Os organizadores do Index se apresentam como uma entidade voltada para a promoção da liberdade econômica, o que significa uma disposição favorável para as políticas liberais. De acordo com seu anuário de 2011 e notas metodológicas (Miller e Kim, 2011; Heritage Foundation, 2011), as categorias abordadas no estudo são formadas a partir dos seguintes parâmetros.

Liberdade de fazer negócios refere-se à interferência do Estado sobre o direito de estabelecer empresas e conduzir atividades econômicas. A elaboração do indicador utiliza dados referentes ao tempo e custo de abrir um negócio, obter as licenças necessárias e fechá-lo. **Liberdade comercial** avalia se a abertura comercial para a importação de bens e serviços é prejudicada pela regulamentação, taxaço ou incentivos econômicos contrários às interações comerciais no mercado internacional. Observa se os países possuem uma política de restrição por meio de fixação de quotas, licenciamento ou depósitos prévios para importações; ou intervenção governamental favorável à produção nacional por meio de subsídios e empresas públicas.

Liberdade fiscal procura medir o nível de tributação exercido pelo governo sobre indivíduos e empresas, utilizando o percentual máximo de tributação e o total da tributação sobre o PIB nacional. **Gasto governamental** mensura o gasto total do governo como percentagem do PIB nacional. **Liberdade monetária** refere-se à estabilidade dos preços no mercado, uma qualidade atribuída ao compromisso da política monetária governamental com o controle da inflação. O indicador é formado a partir da taxa de inflação nos últimos três anos e da existência de intervenção microeconômica (controles de preços).

Liberdade de investimento mensura as restrições impostas pelos governos à livre movimentação do capital, seja doméstico ou internacional. Estas restrições são analisadas por meio de uma série de indicadores sobre o tratamento do investimento externo, controles de capitais e intervenção na propriedade. **Liberdade financeira** avalia o ambiente bancário, se é livre de regulamentação ou intervenção pelo governo. Faz parte do indicador o nível de regulação sobre serviços financeiros nacionais e internacionais, a ação de empresas governamentais no mercado financeiro, a influência do governo na alocação de crédito. **Liberdade laboral** refere-se à liberdade do mercado de trabalho em oposição à regulamentação das relações laborais, analisando a fixação de salário mínimo, rigidez de horário, procedimentos demissionais.

Para análise dos programas de governo, as categorias seguem a definição utilizada pelo Index (tendo em vista a intenção de adequá-las à análise da realização das promessas, também por meio do Index). A operacionalização das mesmas é realizada conforme os critérios descritos no quadro abaixo, seguindo os procedimentos anteriormente especificados.

Quadro 2 – Conceitos Operacionais

Conceito Operacional	Liberal	Social-democrata
Liberdade de fazer negócios	Melhor ambiente para realizar negócios. Incentivos à empresas privadas.	Papel preponderante de empresas públicas. Restrições às empresas privadas.
Liberdade comercial	Abertura comercial, tratados comerciais com países ou regiões. Privatização de empresas ou serviços.	Protecionismo, favorecimento de bens e serviços produzidos no país. Incremento da atividade econômica do Estado.
Liberdade fiscal	Restrição à tributação.	Tributação de renda, aumento. Progressividade da tributação.
Gasto governamental	Superávit/disciplina fiscal. Restrição do gasto público.	Keynesianismo, redistribuição social, proteção do consumo.
Liberdade monetária	Meta da política econômica é controle de inflação.	Meta da política econômica comporta crescimento econômico ou geração de emprego.
Liberdade de investimento	Abertura ao investimento externo direto.	Controle sobre a circulação de capitais.
Liberdade financeira	Liberdade do sistema financeiro, privatização de bancos.	Controle e intervenção no sistema financeiro. Utilização de bancos ou agências de financiamento públicas.
Liberdade laboral	Flexibilização das relações de trabalho.	Regulamentação das relações de trabalho/fiscalização.

Elaboração do autor.

Para a análise das políticas realizadas nos governos, é observada a variação em cada uma das referidas variáveis no Index, considerando-se positiva (mais social-democrata) ou negativa (mais liberal) conforme variem mais do que um ponto (os índices variam de 0 até 100 pontos). A partir deste procedimento, captura-se a inflexão da política específica durante o período de interesse, mas não se obtém o dado de quão forte foi a variação na política. Um incremento de 5 pontos é considerado da mesma forma do que um incremento de 25, por exemplo. Como as propostas também não são analisadas quanto à intensidade, este procedimento parece o mais adequado.

O período anterior ao governo estudado é considerado a partir da média dos três anos anteriores ao mesmo. Os períodos de governo são analisados conforme a média dos pontos nos anos em que o mesmo manteve-se. Por exemplo, o primeiro governo do Chile (Chile 1) aborda o período 2000-2005, comparando-o com o período 1997-1999. Os segundos governos analisados, quando é o caso, são comparados com o período de governo anterior (sempre por meio da média de pontos em dada variável). Os valores do Index referem-se aos dados obtidos para o período de um ano, no primeiro semestre do ano anterior e o último do que lhe antecede (Heritage Foundation, 2011, p. 457). Portanto, os dados de 2011 referem-se ao último semestre de 2009 e o primeiro de 2010. Além disso, destaca-se que alguns indicadores são formulados a partir de séries históricas, como liberdade monetária, que utiliza as taxas de inflação dos últimos três anos.

Para lidar com estas questões, optou-se por excluir da análise do cumprimento das propostas os governos que não apresentam ao menos três anos de duração para primeiros governos (Venezuela, Equador e El Salvador) e os segundos governos com menos de dois anos de duração (Uruguai e Bolívia). Mantê-los implicaria em utilizar índices muito influenciados pelos anos anteriores, diminuindo a capacidade de perceber mudanças nos índices. Os programas referentes a estes governos são utilizados para a análise das posições programáticas.

Para a variável “liberdade laboral”, existem dados apenas a partir do Index de 2005. Para contornar este problema, em alguns casos não se considerou os últimos três anos para considerar a situação anterior. Nos casos de governos que iniciaram antes de 2005, esta variável foi considerada como constante (sem alteração). Para os segundos governos em que os dados tornaram-se disponíveis, foi considerada a média dos valores

existentes como a posição anterior. É importante ressaltar, ainda, que o Index mede a variação em alguns temas analisados a partir não das políticas adotadas pelos governos, mas do que podem ser considerados seus efeitos presumidos sobre o ambiente econômico. É possível, portanto, que o dado capture mudanças conjunturais não necessariamente decorrentes da ação governamental.

Os resultados da pesquisa são apresentados nas três próximas seções. Primeiro apresenta-se o resultado da análise de congruência tema a tema (valências), depois pela orientação geral da política econômica nos programas e, por fim, a análise das mudanças nos programas de governo antes e depois do exercício do governo.

Congruência por valências

O quadro abaixo apresenta a distribuição de cada caso analisado conforme tenha cumprido ou não sua promessa eleitoral nos oito temas abordados. No quadro, o valor “sim” (cumpriu promessa) foi conferido quando a variação na política medida pelo Index foi no mesmo sentido do que a promessa do programa de governo. O valor “não” (não cumpriu promessa) foi conferido quando a variação no Index ocorreu no sentido oposto à promessa eleitoral (por exemplo, adotou uma ênfase contrária à liberdade de investimento e o governo favoreceu o investimento externo direto).

Por outro lado, aparece sem valor “sim” ou “não” as variáveis em que o programa de governo não forneceu uma ênfase ou ofereceu ênfases contraditórias – tanto liberais quanto social-democratas. Também aparecem sem valor os campos em que os programas realizaram uma ênfase, mas a variação do tema no Index foi inferior a 1 ponto (na variação total de 100 pontos em cada tema). Optou-se por esta margem, no último caso, tendo em vista que variações de pequena monta podem não representar o compromisso do governo em alterar a política em determinada área, embora o ponto de corte talvez devesse ser adotado de acordo com a metodologia adotada pelo Index em cada tema. Ademais, salienta-se que o quadro é independente quanto ao posicionamento dos partidos nos temas (favorável ou contrário ao liberalismo), mostrando apenas se a promessa foi ou não cumprida.

Quadro 3 – Congruência por valências

	Negócios	Comer.	Fiscal	Gasto Gover.	Monet.	Invest.	Financ.	Laboral
Bolívia	-	-	sim	-	-	não	sim	sim
Brasil 1	-	não	não	sim	sim	-	sim	-
Brasil 2	não	-	-	sim	não	-	-	sim
Chile 1	não	sim	-	não	sim	-	-	-
Chile 2	não	sim	-	não	sim	sim	-	-
Equador 2	sim	-	sim	sim	sim	sim	sim	-
México 1	sim	sim	não	não	sim	não	-	-
México 2	sim	sim	-	-	sim	sim	-	-
Nicaragua	-	-	sim	-	sim	-	sim	-
Peru	-	sim	-	-	não	não	sim	não
Uruguai	não	sim	sim	-	não	-	não	-
Venezuela 2	-	não	-	-	não	-	sim	-
Venezuela 3	sim	-	-	sim	sim	-	sim	sim

Elaboração do autor.

As experiências com maior sucesso em cumprir os programas de governo são as do segundo governo de Rafael Correa no Equador, com seis promessas cumpridas, e o terceiro de Hugo Chávez na Venezuela, com cinco cumpridas. Em ambos os casos não houve promessas descumpridas, e todas as promessas cumpridas são de cunho social-democrata. Entretanto, o documento utilizado como programa de governo para este caso da Venezuela não foi exatamente um programa apresentado pelo partido nas eleições – que não pôde ser obtido – mas um conjunto de propostas organizado pelo próprio governo. No momento das eleições de 2006, os partidos que apoiavam Hugo Chávez e o próprio MVR estavam se reorganizando para formar o PSUV. De qualquer maneira, a comparação com os demais programas neste caso deve ser feita com cuidado, especialmente tendo em vista a posição contrastante obtida pelo caso.

O segundo governo mexicano analisado, do presidente Felipe Calderón, também tem elevado número de promessas cumpridas – quatro – e nenhuma descumprida, sendo uma relativa à política monetária social-democrata e as demais de orientação liberal. Com uma promessa cumprida a menos, mas igualmente nenhuma promessa descumprida, o governo na Nicarágua implementou todas as promessas social-democratas levantadas no programa de governo.

As três experiências com menor sucesso na congruência entre o que foi prometido e o que foi cumprido são Peru e Uruguai, que não cumpriram três promessas e

cumpriram apenas duas cada um, e o primeiro governo Venezuelano, que não cumpriu duas e cumpriu uma. No primeiro caso, trata-se do segundo governo não consecutivo de Alan García (APRA) e, no Uruguai, o primeiro governo do Frente Amplo com Tabaré Vázquez. No caso uruguaio, as promessas não cumpridas (negócios, monetária e financeira) são de cunho liberal e a única proposta social-democrata do programa (fiscal) foi cumprida. Nos casos do Peru e Venezuela há tanto propostas social-democratas quanto liberais cumpridas e não cumpridas.

Três governos, o do México com Vicente Fox, o do Chile com Ricardo Lagos e o segundo brasileiro com Lula, apresentam o mesmo número de promessas cumpridas e não cumpridas (3/3, 2/2 e 2/2, respectivamente). Nos outros três casos (Bolívia, Brasil 1 e Chile 2) os programas foram cumpridos em um número superior de vezes do que não observados, de três para duas situações.

É interessante notar que sob a ótica das políticas, apenas para negócios, gasto governamental e investimento o número de promessas não cumpridas alcançou o de promessas cumpridas, sendo que nos demais casos o número de promessas cumpridas foi superior. Monetária, comércio e financeira são os campos em que o maior número de promessas foi cumprido. Ao todo, 38 promessas foram cumpridas, 22 descumpridas e 9 promessas não corresponderam a uma ação do governo pelos parâmetros adotados na pesquisa. Considerando estas promessas que encontraram a inércia nos governos, 55% das propostas realizadas foram cumpridas. 26 das promessas cumpridas (68%) são de orientação social-democrata, e 12 (32%) são liberais. Outro dado: das 36 propostas social-democratas realizadas, 26 foram cumpridas (o que atinge um índice de 72% de cumprimento); das 29 propostas liberais realizadas, 12 foram cumpridas (41% de cumprimento).

Esta pesquisa parte da perspectiva teórica da representação programática como a organização, pelos partidos políticos, de um conjunto de temas ou propostas que são individualmente analisados e selecionados pelos eleitores, os quais manifestam suas maiores preferências durante as eleições e constituem governos comprometidos com os temas salientes da disputa política. Em que pese um número grande de propostas não cumpridas, sob todos os aspectos o número de promessas levadas a efeito pelos governos latino-americanos dos anos 2000 supera os das promessas traídas. Com exceção do Uruguai com Tabaré Vázquez, de Alan García no Peru e do segundo governo de Hugo Chávez na Venezuela, em todos os outros 10 casos analisados o número de propostas

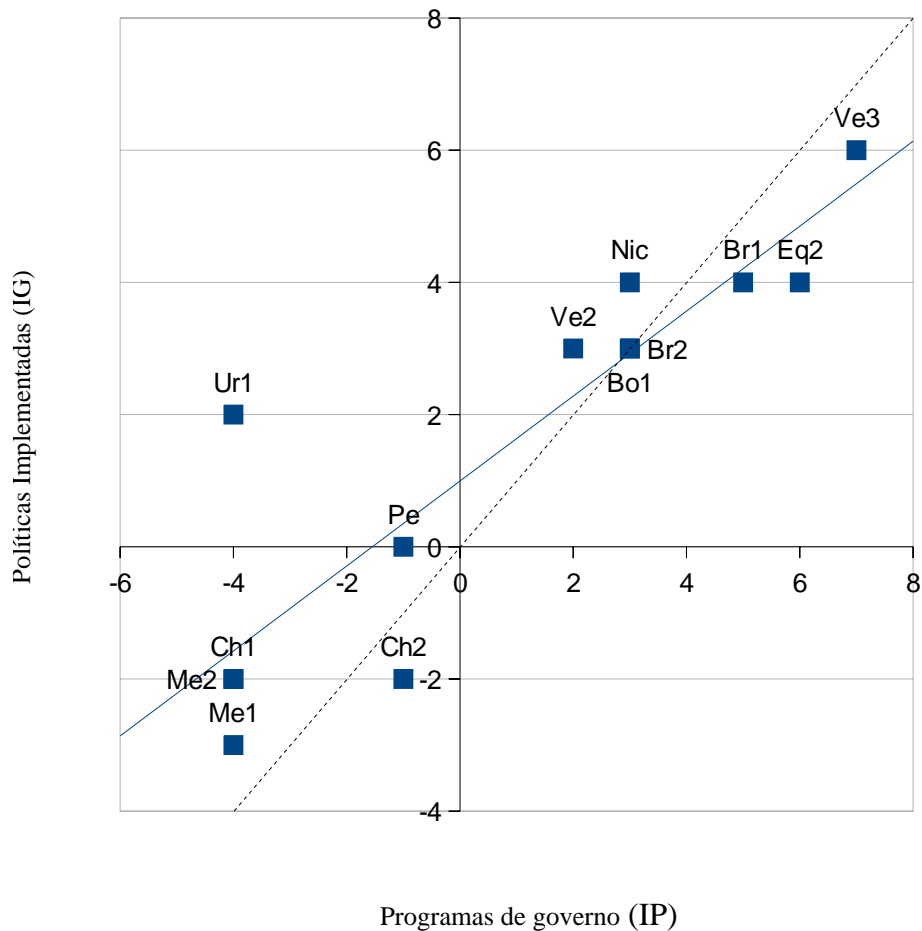
cumpridas na área econômica supera o de propostas descumpridas.

Sob os limites anteriormente destacados, a presente pesquisa – que ainda está em desenvolvimento e deverá ter seus procedimentos revisados no futuro – permite inferir que os partidos e as eleições presidenciais na América Latina dos anos 2000 realizaram representação programática sob a visão das valências ou da congruência de temas unidimensionais na área da política econômica.

Congruência espacial bidimensional

O gráfico abaixo apresenta o posicionamento dos partidos e governos analisados cruzando suas posições dentro de um contínuo liberal – social-democrata para os programas de governo (eixo ‘x’) e para as políticas efetivamente implementadas durante os governos (eixo ‘y’). Os valores negativos referem-se à posição liberal e os positivos à posição social-democrata. O valor que marca as experiências dos partidos é resultado da soma de ênfases social-democratas constantes nos programas de governo, descontadas as ênfases liberais (índice dos programas, IP). O valor que marca as experiências de governo é o resultado da soma de mudanças nas políticas econômicas observadas pelo Index of Economic Freedom que prejudicam o liberalismo, interpretadas como social-democratas, descontadas as mudanças que favorecem o liberalismo (índice dos governos, IG). Os procedimentos que levaram a estes indicadores foram anteriormente descritos. Os pontos marcados no gráfico referem-se à interseção entre o valor de um programa de determinada eleição governo e o valor obtido pelo governo constituído nesta eleição.

Gráfico 1 – Posicionamento Espacial Programas x Governos



Elaboração do autor.

A linha tracejada no gráfico apresenta as posições em que se observaria uma correspondência exata entre os valores de IG e IP. O que significa que, independente de quais sejam as ênfases pontualmente defendidas, os partidos e os governos posicionam-se no mesmo ponto do contínuo liberal – social-democrata no campo das políticas econômicas. A linha azul marca a trajetória linear entre os casos estudados. Com exceção do caso do Uruguai, todos os governos estudados realizaram governos próximos do que se poderia inferir a partir dos programas de governo no que tange às políticas econômicas. Inclusive, o primeiro governo de Evo Morales na Bolívia e o segundo de Lula no Brasil apresentam o mesmo IP e IG, ou seja, o MAS e o PT realizaram o mesmo número de ênfases social-democratas no momento eleitoral do que as mudanças na política econômica durante os respectivos governos.

O governo uruguaio que consta no gráfico realizou políticas econômicas, como capturado pelo Index of Economic Freedom, com uma orientação bastante mais social-democrática do que seria possível supor a partir do programa de governo de Tabaré Vázquez. Corroborando com a constatação anterior, de que este governo apresentou um número elevado de traições quanto às políticas específicas propostas, constata-se uma quebra da representação programática como mensurada no presente trabalho. Uma análise específica do caso poderia levantar elementos sobre a percepção da candidatura de Tabaré Vázquez para além do programa propriamente dito, de outros modelos de representação ou das estratégias eleitorais do Frente Amplo, pois a orientação mais social-democrática observada no comportamento do governo em tese condiz com as perspectivas sobre a primeira vitória de um partido de esquerda no Uruguai.

O governo do Peru e o primeiro governo de Hugo Chávez na Venezuela, que também apresentaram elevada incongruência entre promessas e ações no governo sob o ponto de vista das valências, apresentam um comportamento corrigido quando observados sob o ponto de vista do posicionamento espacial. Isto significa que, embora não tenham perseguido as propostas específicas do programa de governo, o documento foi capaz de traçar o comportamento geral que as agremiações imprimiriam na condução do governo na área da política econômica. O Gráfico 1 permite observar, ainda, que os casos acima da linha tracejada (45°) desviaram-se do programa de governo em favor de práticas social-democratas, enquanto os que ocupam o campo inferior descumpriram o programa de governo em favor de uma política econômica mais liberal.

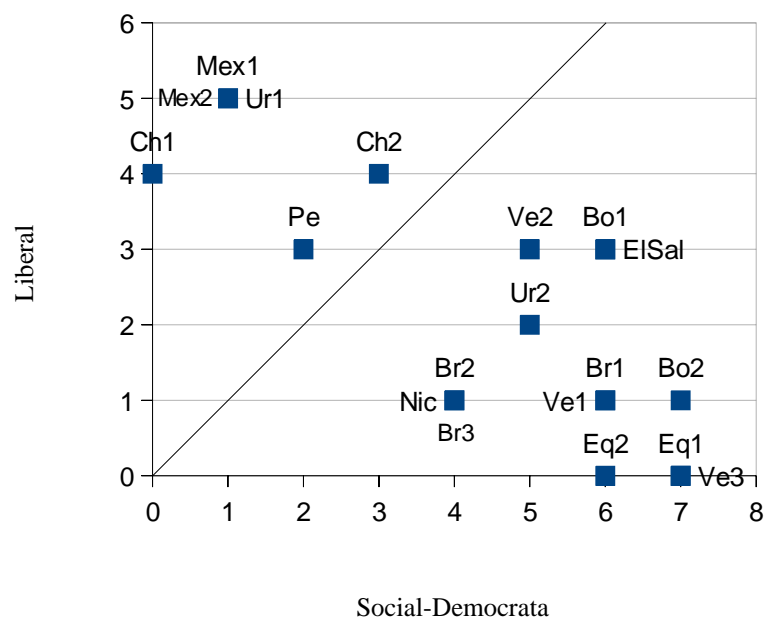
Considerando toda a América Latina (o universo de casos abordados) a interpretação espacial da realização de representação programática, a partir das categorias utilizadas na pesquisa, permite afirmar que os programas dos partidos apresentam com bastante fidelidade os objetivos gerais dos futuros governos ou, ao menos, se a direção geral do governo em relação à política econômica seguirá uma orientação liberal, social-democrata ou um padrão intermediário.

A mudança programática dos partidos latino-americanos

A partir das categorias já descritas, os programas de governos dos partidos latino-americanos foram escalonados conforme suas posições em temas de política econômica, variando entre uma posição neutra, social-democrata ou negativa. O gráfico abaixo

apresenta a dispersão dos referidos partidos considerando a dimensão social-democrata ('x') e a liberal ('y'). A linha que corta o gráfico em 45° divide o campo superior, no qual predominam as políticas liberais, e inferior, no qual predominam as políticas social-democratas. Note-se que nesta parte da pesquisa são utilizados todos os programas dos casos apontados no quadro 1, mesmo os que foram desconsiderados nas análises de congruência.

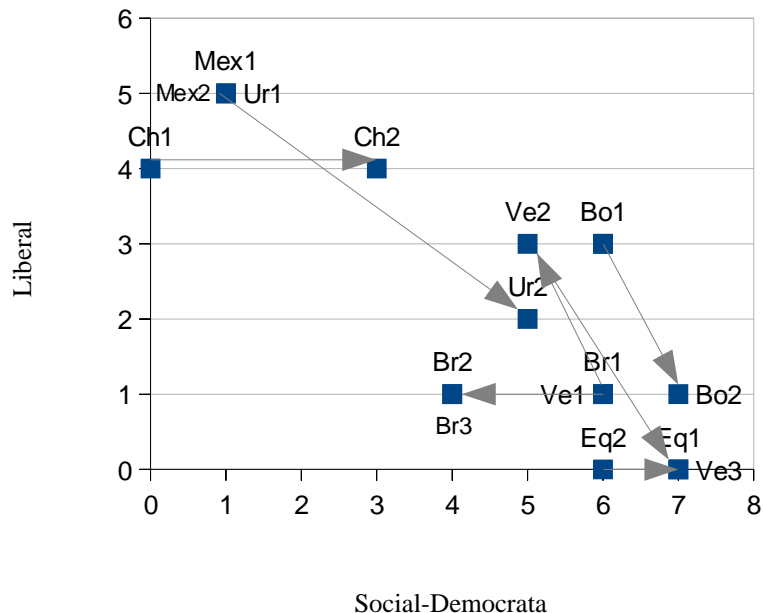
Gráfico 2 – Posição dos Programas Social-Democrata x Liberal



Elaboração do autor.

Como pode-se observar, o campo social-democrata (inferior) está bem mais povoado do que o liberal. No campo liberal permanecem os programas do PAN mexicano, os programas da Concertación do Chile, o programa aprista do Peru e o primeiro programa do Frente Amplo uruguaio. São os mesmos casos que já estavam no campo negativo do gráfico anterior, ou seja, de orientação liberal. Todos os outros casos estudados, inclusive os que não fizeram parte da etapa da pesquisa (segundo programa Uruguaio – Ur2 –, primeiros programas equatoriano e venezuelano – Eq1 e Ve1 – e programa de El Salvador – EISal), encontram-se no campo social-democrata. O gráfico abaixo apresenta as linhas da trajetória realizadas pelos partidos que participaram de mais de uma eleição.

Gráfico 3 – Mudanças dos Programas Social-Democrata x Liberal



Elaboração do autor.

O gráfico acima mostra que a principal alteração nas propostas econômicas ocorreu com o Frente Amplo do Uruguai, único caso que cruzou a divisão entre os campos liberal e social-democrata. Foram abandonadas três ênfases liberais e adotadas quatro ênfases social-democratas. Como observado anteriormente, o caso uruguaio configura o de principal incongruência entre o programa (no caso, o Ur1) e as políticas realizadas no governo, que ficaram seis pontos de distância do que seria o ideal de congruência na análise espacial. Na análise ponto a ponto, o Uruguai também mais traiu suas propostas programáticas (3) do que as cumpriu (2). Todas as propostas não cumpridas referiam-se à ênfases liberais.

A alteração do programa de governo na candidatura de José Mujica parece, neste sentido, recuperar a diferença entre os objetivos programáticos e as políticas realizadas no governo. O novo programa é mais fiel ao governo realizado do que ao programa das eleições anteriores. Como observado anteriormente, um estudo focado deste caso pode ajudar a compreender as interações entre os objetivos programáticos, as práticas de governo e as estratégias políticas dos partidos. De toda forma, resta saber se o governo de José Mujica está realizando um nível mais elevado de representação programática nas

políticas econômicas.

Outra mudança programática relevante ocorreu no Chile, em que o PS (e a Concertación) apresentaram três ênfases social-democratas, embora tenham mantido todas as ênfases liberais apresentadas no programa anterior. Nota-se que o partido manteve níveis semelhantes de congruência entre propostas e ações no governo nos dois períodos, na verdade com uma pequena melhora no segundo período tanto na análise por valências quanto na espacial. Este fato parece mostrar uma mudança programática relevante e, mais do que isso, levada a efeito na experiência governamental.

Outro caso de mudança programática e manutenção de bons indicadores de representação programática encontra-se no Brasil, que abandonou duas ênfases social-democratas e, posteriormente, no terceiro programa de governo após a conquista da presidência, permaneceu sem alteração. O México manteve o mesmo número de ênfases social-democratas e liberais, embora tenha perdido um pouco da representação programática capturada na dinâmica espacial e ganhado na representação ponto a ponto entre a primeira e segunda experiência de governo do PAN. O PAIS no Equador, que adotou uma nova proposta social-democrática e manteve-se sem metas liberais, não pode ter avaliada a representação programática no primeiro governo. No segundo, cumpriu seis das sete promessas social-democratas e realizou elevada representação programática.

O caminho da Venezuela com o MVR, depois PSUV, mostra que seu segundo programa de governo adotou duas propostas liberais a mais do que o primeiro, abdicando de uma ênfase social-democrata. Este percurso aponta no sentido de tornar-se mais liberal, uma trajetória compartilhada apenas com o PT entre o primeiro e segundo governo Lula. Entretanto, esta inflexão deu lugar para o abandono de todas as propostas liberais e adoção de sete propostas social-democratas, dentre os oito temas estudados. Ainda que, como ressaltado anteriormente, o documento utilizado para análise do terceiro programa venezuelano não seja propriamente um documento eleitoral, esta inflexão após o golpe de estado de 2002 pode motivar estudo de caso. Assim como na Venezuela entre o segundo e terceiro período, o MAS boliviano entre o primeiro e segundo governo de Evo Morales adotou um programa mais social-democrata, principalmente abandonando propostas liberais.

Comparando as mudanças nos programas de governos com o posicionamento dos governos no Gráfico 1, observa-se que estas mudanças são condizentes com o sentido do desvio que realizaram em suas propostas durante os governos. Três casos que aparecem

no campo superior do gráfico (desvio em direção à política econômica social-democrata) mudaram suas propostas nos programas de governo subsequentes favoravelmente ao conjunto de propostas econômicas identificadas como social-democratas. Estes são os casos da Venezuela (segundo para terceiro governo), Uruguai e Chile. O Brasil, que no primeiro governo aparece desviado para baixo (mais liberal), mudou seu programa em um sentido igualmente mais liberal e, quando no segundo governo não apresentou desvio, também não alterou suas propostas para a terceira eleição estudada.

Nestes cinco casos, portanto, existe coerência entre as políticas econômicas praticadas no governo e as mudanças e manutenção das ênfases nos programas de governos. Em dois casos esta correspondência não foi observada. O caso mexicano, que aparece desviado para social-democracia, não alterou seu programa. A Bolívia, que não apresenta desvio, alterou suas propostas em direção de uma política econômica mais social-democrata.

Conclusão

No presente trabalho foram estudadas duas abordagens sobre a representação programática, sendo que ambas permitem inferir que os partidos latino-americanos realizam representação programática no campo da política econômica durante os anos 2000. Não obstante, na análise espacial ou de congruência de múltiplos temas – que considera o sentido geral dos programas de governo e a posição dos partidos e governos no contínuo social-democrata – liberal (poderia ser dito esquerda e direita) – o indicativo de realização de representação programática é bastante mais forte. Na análise por valências ou de congruência de temas unidimensionais também existem elementos que permitem observar a realização de representação programática, já que os governos cumprem 55% das promessas específicas, 32% das promessas são traídas (os governos fazem o oposto do que prometeram) e 13% das promessas são abandonadas (os governos não mudam políticas com as quais o partido havia se comprometido).

Quanto ao objetivo secundário da pesquisa, que foi observar a mudança programática dos partidos que realizaram governos presidenciais, foram encontrados elementos que indicam uma relação entre o posicionamento geral das agremiações quanto às propostas anteriormente realizadas, o exercício do governo e as novas promessas eleitorais. Neste sentido, as mudanças parecem ser coerentes, seguindo uma

dinâmica incremental. Tanto neste aspecto quanto sobre a representação programática, foram levantados casos em que uma análise mais próxima e focalizada podem ajudar a compreender a atuação dos partidos na arena eleitoral e governamental, especialmente sob o ponto de vista da agregação de interesses sociais.

A própria pesquisa pode ser melhorada e incrementada de diversas maneiras, tanto no que diz respeito à obtenção de uma gama maior de programas de governos – mesmo extrapolando o universo latino-americano – como nos procedimentos adotados. Por exemplo, uma forma de mensurar a intensidade das propostas realizadas parece ser importante para diferenciar as experiências e melhor mensurar o compromisso das agremiações com seus programas. Como foi inicialmente ressaltado, esta é uma pesquisa em desenvolvimento. Pesquisas no tema da representação programática, que busquem observar de forma substantiva os compromissos dos partidos com suas promessas eleitorais e, num sentido não abordado neste trabalho, os compromissos dos partidos com os próprios eleitores e cidadãos, parecem ser relevantes para o conhecimento da qualidade dos regimes democráticos na América Latina e das capacidades e limites da democracia representativa de partidos.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel A. COLEMAN, James S. (org). **A Política das Áreas em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1969.

ALMOND, Gabriel A. POWEL, Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

EASTON, David. **Uma Teoria de Análise Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ELLING, Richard C. State Party Platforms and State Legislative Performance: A Comparative Analysis. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 2, 1979, p. 383-405.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton: Princeton University, 1998.

GINSBERG, Benjamin. Elections and Public Policy. **American Political Science Review**, v. 70, n. 1, mar. 1976, p. 41-49.

HERITAGE FOUNDATION. **2011 Index of Economic Freedom**. Washington: The Heritage Foundation, Dow Jones & Company, 2011. Disponível em:

www.heritage.org/index acesso em 15 jul. 2011.

HIBBS Jr. Douglas A. Political Parties and Macroeconomic Policy, **American Political Science Review**, n. 71, p. 1467-1487.

JANIS, Irving L. O Problema da Validação da Análise de Conteúdo. In LASSWELL, Harold. (org.). **A Linguagem da Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p. 53-76.

KING, Athony. Political Parties in Western Democracies: Some Sceptical Reflecrions. **Polity**, n. 2, p. 111-141, 1969.

KITSCHOLT, Hebert. Party Systems. In. BOIX, Charles. STOKES, Susan C. (org.). **Comparative Politics**. Oxford: Oxford University, 2009. p. 522-554.

KITSCHOLT, Herbert. Class Structure and Social Democratic Party Strategy. **British Journal of Political Science**, n. 23, 1993, p. 299-337.

KITSCHOLT, Herbert. HAWKINS, Kirk A. LUNA, Juan Pablo. ROSAS, Guilermo. **Latin American Party Systems**. Cambridge: Cambridge University, 2010.

KITSCHOLT, Herbert. Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. **Comparative Political Studies**, n. 33, agosto-setembro, 2000, p. 845-879.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. HOFFERBERT, Richard I. BUDGE, Ian. **Parties, Policies, and Democracy**. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview, 1994.

LASSWELL, Harold. (org.). **A Linguagem da Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

LI, Judy. The Index of Economic Freedom, **Journal of Business & Finance Librarianship**, v. 13, n. 1, 2007.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. **World Politics**, v. 16, n. 4, jul. 1964, p. 677-715.

MAIR, Peter. **The Challenge to Party Government**. EUI Working Papers. San Domenico di Fiesole, 2007.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006, p. 262-269.

MARANGOS, John. The Evolution of the Term 'Washington Consensus', **Journal of Economic Surveys**, v. 23, n. 2, 2009, p. 350-384.

MILLER, Ambassador Terry. KIM, Anthony B. Defining Economic Freedom. In. HERITAGE FOUNDATION. **2011 Index of Economic Freedom**. Washington: The Heritage Foundation, Dow Jones & Company, 2011. p. 19-27. Disponível em: www.heritage.org/index acesso em 15 jul. 2011.

MÜLLER, Wolfgang C. Political parties in parliamentary democracies: Making delegation and accountability work. **European Journal of Political Research**, n. 37, 2000, p. 209-333.

NOTERMANS, Ton. **Money, markets, and state: social democratic economic policies since 1918**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

OFFERLÉ, Michel. **Los Partidos Políticos**. Santiago: LOM, 2004.

POWELL Jr., G. Bigham. Aggregating and Representing Political Preferences. In. BOIX, Charles. STOKES, Susan C. (org.). **Comparative Politics**. Oxford: Oxford University, 2009. p. 653-677.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?, **Journal of Economic Literature**, v. 44, n. 4, 2006, p. 973-987.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In SARTORI, Giovanni. MORLINO, Leonardo (org). **La comparación em las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 2002. p. 29-49.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UnB, Zahar, 1982.

STOKES, Susan C. **Mandates and Democracy: neoliberalism by surprise in Latin America**. Cambridge: Cambridge University, 2001.

VOLKENS, Andréa. KLINGEMANN, Hans-Dieter. MERKEL, Wolfgang. **Manifesto Research on Political Representation**, Social Science Research Center Berlin, 41 p.

ANEXOS

1. Programas de gobierno.

País	Part.	Presidente	Ano	Cód.	Programa de Gobierno
Bolivia	MAS	Evo Morales	2006	Bo1	Bolivia Digna Soberana y Productiva para Vivir Bien: Programa de Gobierno MAS-IPSP. 187 p.
			2010	Bo2	Bolivia País Líder: 2010-2015 Programa de Gobierno MAS IPSP Movimiento al Socialismo. 156 p.
Brasil	PT	Lula da Silva	2003	Br1	Programa de Gobierno 2002 Coligação Lula Presidente: Um Brasil para Todos. 74 p.
			2007	Br2	Lula Presidente: Programa de Gobierno 2007/2010. Lula de novo com a força do povo. 34 p.
		Dilma Rousseff	2011	Br3	Diretrizes do Programa 2011/2014. Coligação para o Brasil Seguir Mudando. 24 p.
Chile	PS	Ricardo Lagos	2000	Ch1	Primer Gobierno del Siglo XXI. Programa de Gobierno: Para Crecer com Igualdad. 28 p.
		Michele Bachelet	2006	Ch2	Estoy Contigo: Programa de Gobierno Michelle Bachelet 2006-2010. 102 p.
El Salvador	FMLN	Mauricio Funes	2009	ElSal	Cambio em El Salvador para vivir mejor: Programa de Gobierno 2009-2014. 106 p.
Ecuador	PAIS	Rafael Correa	2007	Eq1	Plan de Gobierno Del Movimiento PAIS 2007-2011: un primer gran paso para la transformación radical del Ecuador. 77 p.
			2009	Eq2	1ª Convención Nacional de Alianza País. Principios y programa. 34 p.
México	PAN	Vicente Fox	2001	Me1	Plataformas Políticas Federales del PAN III. Plataforma Política del PAN del 2000. Alianza por el Cambio: El Cambio que a ti te conviene. 15 p.
		Felipe Calderón	2007	Me2	Plataforma Electoral 2006 PAN: Los Avances del Cambio. 56p.
Nicaragua	FSLN	Daniel Ortega	2007	Nic	Programa del Gobierno de Reconciliacion y Unidad Nacional: una opción preferencial por los pobres! 126 p.
Peru	APRA	Alan García	2006	Pe	Partido Aprista Peruano – Plan de Gobierno 2006-2011. 49 p.
Uruguay	FA	Tabaré Vázquez	2005	Ur1	El Gobierno del Cambio: Propuestas y Proyectos Dr. Tabaré Vázquez. Ciclo “La Transicion Responsable”. 8 p.
		José Mujica	2010	Ur2	Propuestas para seguir construyendo um país de primera: Mujica Astori, Un Gobierno Honrado, Um País de Primera. 24 p.
Venezuela	PSUV	Hugo Chavez	1999	Ve1	La Propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela. Uma Revolución Democrática. 40 p.
			2001	Ve2	La Propuesta de Hugo Chávez para Continuar la Revolución. Programa de Gobierno. 89 p.
			2006	Ve3	Rumbo al Socialismo Bolivariano. Líneas Generales de Plan de Desarrollo Económico y Social del la Nación 2007-2013. Compilación Prof. David R, Malavé B. 59 p.

2. Análise dos programas de governo: Programas: Liberal/social-democrata (negócios, fiscal, governo, monetário, investimento, financeiro, laboral).

Bolívia 1		Equador 2	
	0 1 0 0 1 1 0 0		0 0 0 0 0 0 0 0
	0 1 1 1 1 0 1 1		1 0 1 1 1 1 1 0
Bolívia 2		México 1	
	0 1 0 0 0 0 0 0		1 1 0 1 1 1 0 0
	1 1 1 0 1 1 1 1		0 0 1 0 0 0 0 0
Brasil 1		México 2	
	0 0 1 0 0 0 0 0		1 1 0 1 0 1 0 1
	0 1 0 1 1 1 1 1		0 0 0 0 1 0 0 0
Brasil 2		Nicarágua	
	1 0 0 0 0 0 0 0		0 1 0 0 0 0 0 0
	0 0 0 1 1 0 1 1		0 1 1 0 1 0 1 0
Brasil 3		Peru	
	0 0 1 0 0 0 0 0		0 1 0 0 1 1 0 0
	0 1 0 0 0 1 1 1		0 0 0 0 0 0 1 1
Chile 1		Uruguai 1	
	1 1 0 1 1 0 0 0		1 1 0 0 1 1 1 0
	0 0 0 0 0 0 0 0		0 0 1 0 0 0 0 0
Chile 2		Uruguai 2	
	1 1 0 0 0 1 1 0		1 1 0 0 0 0 0 0
	0 0 0 1 1 0 1 0		0 0 1 1 1 1 1 0
El Salvador		Venezuela 1	
	1 1 0 0 0 1 0 0		0 1 0 0 0 0 0 0
	0 1 1 1 1 0 1 1		1 0 1 1 1 1 1 0
Equador 1		Venezuela 2	
	0 0 0 0 0 0 0 0		1 1 0 0 0 1 0 0
	0 1 1 1 1 1 1 1		1 0 1 0 1 1 1 0
		Venezuela 3	
			0 0 0 0 0 0 0 0
			1 1 1 1 1 0 1 1

3. Análise da atuação dos governos:

Name	Busines	Trade	Fiscal	Government	Monetar	Investmen	Financiã	Labor
Bolivia	-1	-1	1	0	1	1	1	1
Brasil 1	1	-1	1	1	1	0	1	0
Brasil 2	1	-1	1	1	-1	1	0	1
Chile 1	1	-1	-1	1	-1	0	-1	0
Chile 2	1	-1	-1	-1	1	-1	-1	1
El Salvad	-1	-1	-1	0	0	-1	0	1
Equador 1	0	-1	0	0	-1	-1	1	0
Equador 2	1	-1	1	1	1	1	1	-1
México 1	-1	-1	-1	1	-1	1	-1	0
México 2	-1	-1	-1	0	1	-1	1	0
Nicaragua	0	-1	1	1	1	0	1	1
Peru	-1	-1	1	-1	1	1	1	-1
Uruguai	1	-1	1	-1	1	0	1	0
Venezuela	1	0	0	-1	-1	0	0	0
Venezuela	1	1	0	1	-1	1	1	-1